

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021):

1.1. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços, para o Fornecimento de Material e Execução de Aterro, no Município de Itapoá – SC, conforme Projeto Básico e demais anexos partes integrantes do Edital.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT / CATSER	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.1	Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte)	445129	m³	15.000	R\$ 44,68	R\$ 670.200,00
	1.2	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 18 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 hp) e descarga livre (unidade: m3). af_07/2020	14389	m³	15.000	R\$ 8,35	R\$ 125.250,00
	1.3	Transporte com caminhão basculante de 18 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade: m3xkm). af_07/2020	3263	m³ X km	111.450	R\$ 2,51	R\$ 279.739,50
	1.4	Execução e compactação de corpo de aterro de aterro (95% de energia do proctor normal) com solo predominantemente argiloso, em camadas com espessura de 20 cm – exclusive escavação, carga e transporte e solo	4561	m³	15.000	R\$ 14,59	R\$ 218.850,00
							R\$ 1.294.039,50

*obs.: tendo em vista que no Catálogo de Materiais e Serviços, a mensuração para códigos catmat/catser utilizados na planilha acima, estão como unidade, devem ser observadas os seguintes pontos:

- para os códigos catser 14389 e 4561, e catmat 445129, uma unidade será equivalente a 1 m³;
- para o código 3263, uma unidade será equivalente ao resultado do cálculo m³ x km.

1.2. O valor total estimado da aquisição/contratação é de **R\$ 1.294.039,50 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, trinta e nove reais e cinquenta e centavos)** para o objeto.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para o novo período de vigência.

1.4.2.1. esta poderá ser mantida nas mesmas condições inicialmente pactuadas, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' e 'c' da Lei nº 14.133/2021):

O Município de Itapoá está entre as cidades de maior crescimento populacional no cenário atual, ocorrendo a necessidade da ampliação da estrutura Administrativa, para assim, ser condizente com as necessidades. Nesse sentido é essencial garantir a continuidade dos serviços públicos, promover o desenvolvimento econômico regional e garantir a qualidade

das obras municipais, tendo como objetivo realizar de forma ágil e eficiente os serviços demandados, proporcionando maior conforto e melhores condições de infraestrutura ao perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.

Entende-se que com esse crescimento algumas necessidades surgem para a Administração dentre a construção de novos ambientes para atendimento à população e diversas frentes, como saúde, educação. Neste sentido para tal é necessária verificar e ajustar o local com algumas ações, como: nivelar, tornando-o adequado para construção de edifícios, estradas, estacionamentos ou outras infraestruturas; estabilizar encostas íngremes ou taludes, reduzindo o risco de deslizamentos de terra e aumentando a segurança em áreas vulneráveis a erosão e instabilidade; elevar o nível do solo, reduzindo o risco de alagamentos e protegendo as áreas habitadas contra danos causados pela água; aumentar a capacidade de suporte do solo em áreas com solos de baixa resistência, permitindo a construção de estruturas mais pesadas ou a instalação de infraestruturas subterrâneas; criar áreas de lazer, parques, campos esportivos ou outras instalações recreativas, proporcionando espaços públicos para atividades ao ar livre e melhorando a qualidade de vida da comunidade; utilizado como parte de projetos de recuperação ambiental, restaurando a vegetação, revitalizando ecossistemas e promovendo a sustentabilidade, onde a carência de jazidas próprias da municipalidade para a extração de materiais para aterro no Município de Itapoá, necessita-se a busca por empresas especializadas.

A inexistência de jazidas próprias no município de Itapoá para a extração de materiais destinados à execução de aterros impõe a necessidade de contratação de empresas especializadas. Tal medida é fundamental para assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços públicos, bem como para garantir a adequada execução das obras municipais.

2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):

A contratação contempla o fornecimento de argila/barro para aterro e reaterro, incluindo carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante de 18 m³, com utilização de escavadeira hidráulica (caçamba de 1,20 m³ / 155 HP), transporte em via urbana pavimentada com DMT de até 30 km, bem como a execução e compactação de corpo de aterro com solo predominantemente argiloso, em camadas de até 20 cm, garantindo compactação mínima de 95% da energia do Proctor Normal.

A solução abrange todas as etapas necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo extração, carregamento, transporte, descarga, espalhamento e compactação do material, de forma a atender às demandas das obras e serviços públicos municipais, inclusive a mobilização e desmobilização dos equipamentos até a frente de serviço.

Os materiais e serviços deverão atender às normas técnicas e ambientais aplicáveis, bem como à legislação vigente relativa à extração, transporte e destinação dos materiais, visando assegurar a qualidade da execução e a minimização dos impactos ambientais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):

3.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

3.2. Prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços: 12 (doze) meses;

3.3. Do material fornecido:

3.3.1. Os solos para os aterros devem ser isentos de matérias orgânicas, micáceas e diatomáceas. Turfas e argilas orgânicas não devem ser empregadas. Na execução do corpo dos aterros não é permitido o uso de solos de baixa capacidade de suporte;

3.3.2. A expansão e ISC determinados pelo método DNER-ME 049/94 deve apresentar sempre o seguinte resultado:

- a) Para corpo de aterro: $ISC \geq 2\%$ e expansão $\leq 4\%$;
- b) Para camadas finais: $ISC \geq ISC$ de projeto e expansão $\leq 2\%$.

3.3.3. Para aceitação dos serviços é necessário que os valores individuais da expansão atendam ao valor máximo especificado.

3.4. Do espalhamento do material:

3.4.1 O solo, atendendo aos parâmetros de qualidade previstos, é transportado entre a jazida e a frente de serviço através de caminhões basculantes que o despejam no local de execução do serviço;

3.4.2. A retroescavadeira deverá percorrer todo o trecho espalhando e nivelando o material até atingir a espessura final desejada;

3.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.5.1 Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas na NBR 5681:2015, bem como no edital e seus anexos;

3.5.2 Manter durante a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

3.5.3 Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

3.5.4 Efetuar o transporte e a descarga do solo no local indicado pela contratante;

3.5.5 Espalhar o material no local indicado pela contratante;

3.5.6 Prestar os serviços acima indicados com mão de obra e equipamento especializado conforme descrito no objeto;

3.5.7 Para prestar o referido serviço, a empresa deverá considerar o fornecimento de todo equipamento/mão de obra/EPI's/veículo especializado/combustível e demais equipamentos necessários para andamento dos serviços;

3.5.8 Os serviços, objeto deste termo de referência, deverão ser entregues no prazo máximo estipulado nas ordens de serviço, a contar da emissão da Nota de Empenho/Ordem de serviço;

3.5.9 Os veículos utilizados para prestação do serviço contratado deverão estar em bom estado de conservação, com toda a documentação regular e em nome da empresa licitante. Caso não esteja em nome da empresa licitante deverá ser apresentado contrato de locação firmado pelo licitante/empresa terceirizada;

3.5.10 Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos;

3.5.11 A executante é responsável pela manutenção das condições de tráfego na obra, tanto na plataforma executada como nos caminhos de serviço, independentemente das condições climáticas e sem ônus para o município;

3.5.12 Manter no trecho em serviço a sinalização necessária de advertência, observadas as normas pertinentes;

3.5.13 Manter controle, através de planilha da entrada e saída dos veículos/máquinas, do horário de início e fim da prestação dos serviços, incluindo a quilometragem do percurso dos veículos;

3.5.14 Disponibilizar o veículo e/ou máquinas em perfeitas condições para uso, responsabilizando-se pelo abastecimento da mesma e manutenções necessárias;

3.5.15 Disponibilizar motorista e/ou operador devidamente habilitado e capacitado à realização dos serviços requeridos, em conformidade com as normas do Código Brasileiro de Trânsito, CONTRAN e outras que disciplinem a atividade.

a) Critérios de sustentabilidade:

- Todo o material a ser empregado nos aterros, deve ser extraído de jazidas com Licença de Operação vigente e com critérios que visam mitigar impactos da operação, previamente definidos, bem como, a extração deve ser realizada de forma controlada e sustentável, dentro dos limites pré definidos na licença ambiental vigente;
- Devem ser utilizados meios de transporte com menor emissão de gases de efeito estufa;
- Redução da emissão de poeira (umidificação do local para compactação);
- Proteção e atenção de áreas próximas a cursos d'água.
- Devem ser adotadas medidas de segurança rigorosas, para prevenir acidentes e derrames de materiais;
- Os equipamentos utilizados durante a movimentação dos materiais, devem produzir o menor impacto possível, com baixo consumo de energia;
- Devem ser implementadas práticas de otimização durante a movimentação, a fim de reduzir o tempo e o esforço despendidos;
- Devem ser implementadas medidas para controlar a poeira e a erosão do solo durante a movimentação;
- Devem ser implementadas medidas para mitigar os impactos da extração na comunidade local, como programas de educação ambiental e ações de desenvolvimento social;

b) Indicação de marcas ou modelos formalmente justificado e considerando as hipóteses previstas no inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021: não se aplica;

c) Exigência de amostras, vedação de marcas ou carta de solidariedade nos termos dos incisos II, III e IV do art. 41 da Lei nº 14.133/21: não se aplica;

d) Vedação ou critérios de subcontratação (Decreto Municipal nº 5.853/2023): Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

e) Previsão de garantias (art. 96 da Lei nº 14.133/21): não se aplica;

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021):

4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada e devidamente regulamentada, com autorização dos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com padrões de sustentabilidade.

4.1.1. Obrigações específicas relacionadas ao objeto:

I. Fornecer material de aterro em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, garantindo sua qualidade, adequação e origem regularizada, inclusive quanto às exigências ambientais;

II. Executar os serviços de carga, transporte, descarga, espalhamento e compactação do material, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização;

- III. Realizar a execução do aterro em camadas adequadas, com controle de umidade e grau de compactação conforme especificado em projeto ou normas vigentes;
- IV. Disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e maquinários em quantidade e condições adequadas para a perfeita execução dos serviços;
- V. Cumprir os prazos estabelecidos no contrato, garantindo a continuidade e a eficiência na execução dos serviços;
- VI. Atender integralmente à legislação ambiental vigente;
- VII. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando todas as informações solicitadas e corrigindo eventuais irregularidades apontadas;
- VIII. Responsabilizar-se pela segurança dos trabalhadores e de terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes e cumprindo as normas de segurança do trabalho;
- IX. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- X. Refazer, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas ou rejeitados pela fiscalização;
- XI. Manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução do contrato.
- XII. Limpeza da área de trabalho e pela retirada de todos os equipamentos e sinalizações ao término da execução, garantindo a liberação do local em condições para serviços futuros a serem executados.

4.1.2. Equipamentos utilizados:

4.1.2.1. Serão empregados, no mínimo, os seguintes equipamentos: motoniveladora, rolo compactador, caminhão pipa, caminhão basculante para transporte do material, pá carregadeira, ou similar, para carga do material, além de ferramentas auxiliares como pás, enxadadas, réguas e demais instrumentos de apoio que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

4.1.2.2 Equipamentos não listados, mas necessários à plena execução dos serviços, deverão ser providenciados pela CONTRATADA, sem ônus ao Município.

4.1.2.3. Todos os equipamentos deverão:

- I. Estar com documentação regular e aptos ao tráfego, conforme regulamentação dos órgãos competentes;
- II. Possuir, no máximo, 15 (quinze) anos de uso na data da licitação, comprovados por meio do Certificado de Registro;
- III. Ser aprovados pela fiscalização da SEINFRA.

4.1.2.4. Não será pago pela Administração o custo de mobilização e desmobilização dos equipamentos até a frente de serviço.

4.1.3. Sinalização - A contratada é responsável por implantar e manter todos os dispositivos de advertência e sinalização provisória necessários. Quando houver necessidade de bloqueio parcial ou total da via, caberá à empresa solicitar as devidas autorizações junto à Secretaria de Ordem Pública.

4.1.3.1. A sinalização deverá obedecer às normas aplicáveis, garantindo segurança aos trabalhadores, pedestres e usuários da via.

4.1.4. Mão de obra e segurança:

4.1.4.1. Os empregados deverão utilizar vestuário que identifique claramente a empresa contratada.

4.1.4.2. A contratada deverá fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme a legislação vigente, sendo todos os custos referentes à Segurança e Medicina do Trabalho de sua responsabilidade.

4.2. Prazo de execução do serviço deverá ocorrer em até 07 dias a partir do recebimento da ordem de serviço emitida pelo gestor do contrato.

4.3. Local de execução/entrega: A combinar, dentro do perímetro do município de Itapoá-SC.

4.4. Frequência e periodicidade da execução/entrega: Em conformidade com as demandas da municipalidade.

4.4.1. Os serviços serão realizados de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h00min às 17h.

4.5. Prazo para reposição do objeto em caso de irregularidade: De forma imediata.

4.6. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/refeitos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21):

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.3.2. A fiscalização técnica do contrato decorrente da contratação será executada pela Sra. **MARINA DAL BOSCO** (Engenheira Civil) matrícula nº 879, emitida ART de fiscalização nº 10414296-4, designado mediante autorização da autoridade máxima do órgão.

5.3.3. A fiscalização administrativa da contratação será executada pelas secretarias requisitantes, através dos gestores que subscrevem o presente Termo de Referência.

5.3.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", da Lei nº 14.133/2021):

6.1. O pagamento será efetuado, após a aceitação e a medição dos serviços executados, de acordo com os preços unitários contratuais, com base na planilha anexa.

6.1.1. Para fim de pagamento dos serviços, a contratada deverá apresentar à fiscalização relatório contendo:

- Localização da execução dos serviços;
- Quantidades utilizadas de material, a partir de medições in loco anterior a execução (cubagem), notas fiscais, pesagem dos caminhões ou outra forma que a fiscalização julgar necessária;
- Registro fotográfico georreferenciado da execução dos serviços e demais informações que a contratada ou a fiscalização julgar pertinente.

6.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

6.3. O método de avaliação e conformidade dos serviços prestados, deverão observar o cumprimento:

- das especificações para os itens conforme item 3 desse Termo de Referência;
- dos prazos e locais previstos no item 4 desse Termo de Referência;
- das obrigações conforme disposto no instrumento contratual.

6.4. Critérios de medição:

- Volume de aterro utilizado, carga, manobra e descarga e compactação do aterro: medido e pago por m³;
- Transporte do material: medido e pago por m³xkm.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021):

7.1. Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço por lote, observadas as margens de preferências legais.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021):

8.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Sec. de Infraestrutura	1014	11	001	0015	0451	0009	2074	150070000000	333903099
Sec. de Infraestrutura	1026	11	002	0015	0452	0009	2078	175070000000	333903099

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8.3. Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023 não há previsão de utilização de recursos da união.

Itapoá, 14 de maio de 2026.

Diogo Eduardo De Latorre Gonçalves
Secretário de Infraestrutura